



Intervenção de Arménio Carlos
Secretário-Geral da CGTP-IN

Camaradas,

No final deste mês assinala-se um ano de Governo PSD\CDS. Um ano de devastação do tecido produtivo, de destruição massiva de postos de trabalho, um ano em que a taxa de desemprego já ultrapassou os 15% e se prevê que continue a aumentar, um ano de quebra dos salários nominais, de roubo aos subsídios de férias e natal dos trabalhadores e reformados da Administração Pública e do SEE.

Um ano de exploração e empobrecimento, de aumento da desigualdade, da pobreza e de definhamento económico, de aumento da dependência externa e da dívida, de perda de soberania. Um ano da política de esmola e da caridade para o povo, e de grandes negócios para o capital. Para a tróica, o Governo vai no bom caminho e esta sua política é um sucesso. Mas para os trabalhadores, o povo e o país este é o caminho para o abismo!

Esta realidade configura que não temos apenas um problema económico: temos a realidade brutal de sermos governados por dirigentes que desprezam as condições dramáticas a que hoje estão sujeitas milhões de pessoas.

Mas temos mais. Temos um Governo que obrigado a reconhecer que o desemprego vai continuar a aumentar não mudou uma vírgula numa política de austeridade que não tem em conta a realidade laboral, social e económica do país.

Por tudo isto, é vergonhoso falar de solidariedade e da ajuda do FMI, BCE e Comissão Europeia, quando estes, num empréstimo de 78 Mil Milhões vão receber mais de 113 Mil Milhões. Que ajuda é esta que nos põe a pão e a água e não respeita a nossa soberania? Que ajuda é esta que impõe o saque à economia nacional e a exigência que privatizemos as nossas melhores e mais rentáveis empresas? Que ajuda é esta que nos impõe condições severas, nos arrasa com sucessivos sacrifícios, ao mesmo tempo que aumentam as facilidades concedidas aos banqueiros, que têm acesso a financiamentos pelo BCE a uma taxa de 1%, para o aplicarem em operações especulativas?

Mas não ficam por aqui os apoios à Banca. Agora o Governo vai injectar cerca de 5 mil milhões de euros de capital no BCP e no BPI. Pedem sacrifícios ao povo para alimentar os desvarios dos banqueiros! Só falta pedir desculpa pelo apoio prestado! E ainda se pede que sejamos compreensivos, que estejamos unidos, os que trabalham e são explorados e aqueles que nos exploram e esbanjam o dinheiro dos nossos impostos nos BPP e BPN's!

É preciso dizer basta à política de um Governo que se verga perante os credores e não defende os interesses nacionais. Isto não é ajuda, é agiotagem pura e dura!!!

É preciso uma política alternativa que garanta a renegociação dos termos, montantes, juros e prazos da dívida, para por a economia a crescer, para criar mais e melhor emprego e promover uma mais justa repartição da riqueza!

Estimados camaradas,

O Governo e o grande capital querem mais Europa e mais entrega de soberania, querem um Estado minimalista quando estão em causa os direitos da população e maximalista quando se trata dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros. Querem mais negócio na saúde e na educação, mais negócio na segurança social e menos direitos e garantia da prestação de funções sociais. O que eles querem é um regresso ao passado, é desferir mais uma machadada nas conquistas de Abril, é impor o retrocesso social e civilizacional como regra!

Não camaradas, amigas e amigos, não é com velhas teses, ainda que mascaradas de coisa modernaça, que se responde aos problemas do povo e do país e se constrói o futuro.

É preciso responder ao problema do desemprego, do crescimento económico e da dependência externa! A CGTP-IN reafirma, aqui no Porto, que tal resposta não pode ser feita á revelia dos trabalhadores, cozinhada entre o grande patronato e governantes ao seu serviço. Exigimos soluções, temos propostas!

A situação dos jovens, com o elevado desemprego e precariedade, não é sustentável!

O Governo acaba de anunciar um programa chamado Impulso Jovem. Na prática querem financiar as empresas para generalizar a precariedade, baixar os salários, para depois quando os apoios terminarem enviarem os jovens de novo para o desemprego. Isto é, promover a ilusão para a seguir a transformar numa enorme frustração. Para a CGTP-IN é preciso que o investimento tenha retorno. O apoio financeiro ao patronato tem de ter como contrapartida a criação de emprego seguros e com direitos, e não contratos a prazo acompanhados de desemprego no futuro.

Mas se é importante encontrar soluções para os jovens, são precisas respostas urgentes para os desempregados de longa duração e os que não têm protecção social ou em que esta foi reduzida. É inadmissível que 57 em cada 100 desempregados não tenha prestações de desemprego; é inadmissível que o valor médio das prestações seja próximo do limiar de pobreza; é inadmissível que, apesar de haver indicações de que uma parte dos desempregados está a esgotar as prestações e a ficar dependente do rendimento social de inserção se pretenda reduzir mais a protecção social no desemprego.

É preciso que o subsídio social de desemprego seja atribuído a todos os desempregados enquanto durar a crise.

É possível encontrar soluções através da obtenção de receitas suplementares:

- Combata-se a fraude, evasão fiscal e economia paralela que ascendem a mais de 40 mil milhões de euros/ano;
- Aumente-se a taxação dos rendimentos de capital que não param de aumentar, ou do IRS incidindo sobre os rendimentos muito elevados;
- Aplique-se uma pequena taxa sobre as transações financeiras na bolsa que, só no ano passado atingiram cerca de 102 mil milhões de euros.

Isto é possível, é necessário e é urgente!

Camaradas:

Agora os ideólogos da direita e um recente relatório do Banco de Portugal vêm com a ideia peregrina que é preciso baixar os salários. Estarão a falar dos salários dos quadros de topo das empresas do PSI-20 que todos os anos levam para casa salários que a generalidade dos trabalhadores não ganha numa vida? Estão a falar da remuneração dos grandes accionistas que arrecadam milhares de milhões de euros em dividendos? É destes que falam, quando referem que é necessário baixar salários? Não camaradas, o que eles querem é ir ao bolso:

- Dos que ganham o salário mínimo e vivem abaixo do limiar da pobreza;
- Dos mais de 860 mil trabalhadores da região norte e centro, que vivem com um salário líquido inferior a 600 euros;
- Dos que têm o custo mais baixo da zona euro com 12 euros, enquanto o mesmo custo estava em 21 euros em Espanha e 30 euros na Alemanha.

Por este caminho, não faltará o dia em que estes senhores defenderão que ainda temos de pagar para trabalhar.

E perante isto, é preciso lembrar que os que agora referem que os salários não podem descer, como o Presidente da República, o Primeiro-ministro e o Ministro das Finanças, são os mesmos que aprovaram e promulgaram o corte do subsídio de férias e de natal dos trabalhadores e aposentados da AP e do SEE, os mesmos que, querem impor a redução do pagamento do trabalho suplementar, os mesmos que nos querem obrigar a trabalhar mais 7 dias por ano, gratuitamente! Os mesmos que não cumprem o acordo que estabelecia os 500 euros para o SMN em 2011. Então se isto não é reduzir a retribuição do trabalho, o que é?

Aqui, e a cada um destes pregadores, bem se aplica o ditado de Frei Tomas, “*não olhem para o que eles dizem, olhem para o que eles fazem!*”

A produtividade não se melhora com a redução de salários, com a diminuição do investimento e a compressão da despesa social. Não é a concorrer com os países de baixos salários que o país fica melhor. Este é o caminho para o precipício.

Rejeitamos que queiram fazer de Portugal um país do terceiro (ou do quarto) mundo!

Para a CGTP-IN o aumento dos salários é um imperativo nacional. A revisão do salário mínimo com a fixação do seu valor em 515 euros é uma necessidade não só social mas também económica. Qual é a empresa, por mais pequena que seja, que não pode suportar o acréscimo de um euro por dia?

Caros amigos e amigas,

A cada dia que passa, a cada mês que se soma ficam mais claras as reais intenções e consequências do Acordo a que chamaram de crescimento, competitividade e emprego. Trata-se, afinal, do acordo da recessão e do desemprego, da precariedade e dos baixos salários, o acordo da exploração e do empobrecimento.

A tróica e o Governo querem ir mais longe e converterem a actual situação de bloqueio da contratação colectiva e de restrições à emissão de portarias de extensão em regras para o futuro. Esta é uma questão de fundo porque o que está em jogo não é somente a contenção salarial, ou seja a redução do poder de compra dos salários. Agora querem imiscuir-se no direito de contratação colectiva, pondo em causa a autonomia e a liberdade negocial das partes.

Não reconhecemos legitimidade aos senhores do FMI, da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu para quererem decidir em matérias de natureza constitucional, já que está em causa um direito fundamental que a Constituição da República Portuguesa atribui exclusivamente aos sindicatos! E que está também consagrado na Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho!

É preciso respeitar a Contratação Colectiva, enquanto instrumento de harmonização no progresso, conquista dos trabalhadores e garante do trabalho com direitos!

Daqui exigimos que se eliminem as disposições com vista à aniquilação da contratação colectiva e dos direitos laborais! Daqui afirmamos que, por mais que tentem, tal como no passado, não conseguirão afastar os sindicatos dos locais de trabalho.

Daqui apelamos ao senhor Presidente da República que cumpra e faça cumprir a CRP. Dizemo-lo, porque a proposta que visa alterar a legislação laboral que tem em mãos para análise, é um vazadouro de inconstitucionalidades, de preconceitos e de regresso aos tempos do trabalho forçado! A proposta que tem em mãos é a cartilha da exploração, das 12 e mais horas de trabalho diário, dos despedimentos arbitrários, fáceis e baratos! Para nós o cumprimento da Constituição só pode ter uma consequência – a não promulgação das alterações ao Código do Trabalho!

Camaradas,

A CGTP-IN não aceita que as funções sociais do Estado sejam progressivamente privatizadas, agravando ainda mais as gritantes desigualdades sociais e que se reforce o assistencialismo ao mesmo tempo que se reduzem os direitos dos cidadãos. Funções sociais e serviços públicos universais, gratuitos e de qualidade, são promotores da igualdade de oportunidades e motores de desenvolvimento!

Defendemos uma escola pública gratuita, de qualidade e inclusiva e um SNS geral e gratuito.

Defendemos que a Segurança Social é um direito de todos como assegura a lei. Por isso nos opusemos e opomos a políticas que visem reduzir o financiamento da segurança social e a sua transformação num instrumento de políticas assistencialistas e caritativas.

Defendemos o Poder Local Democrático construído por Abril. A “prenda” dos mil milhões de euros que o Governo diz querer disponibilizar para as autarquias é um presente envenenado às populações. Tem como contrapartida o aumento para o limite máximo das taxas cobradas pelas autarquias às populações, incluindo o preço da água. A chantagem é hoje marca de uma política cuja única solução é tirar aos trabalhadores e populações para dar aos grandes grupos económicos e financeiros.

Por isso, não aceitamos esta política de aumento dos preços e de eliminação dos serviços públicos de proximidade prestados às populações locais, como resultaria da eliminação de freguesias!

Não aceitamos a Lei das Rendas, que visa facilitar os despejos, aumentar as rendas de casa e criar condomínios de luxo para os ricos, nas zonas nobres das cidades.

Há alternativas. A solução aos problemas do país passa:

- Pela dinamização da procura interna com o aumento dos salários e das pensões de reforma, para aumentar o emprego e combater o desemprego!
- Pela promoção do investimento, porque sem investimento não há emprego. O capital prefere aplicar o dinheiro na especulação em detrimento do sector produtivo, por isso encerram empresas, muitas na região norte e centro, por falta de financiamento que nunca falta às grandes empresas e aos negócios especulativos!
- Pela aposta na valorização do nosso sector produtivo, defendendo a produção nacional que temos e o incremento de novas fileiras produtivas, que dêem resposta às necessidades das populações e do país, porque esta é a solução ao problema da dívida e dependência externa!
- Pela valorização dos serviços públicos, com o fim ao estrangulamento financeiro das empresas do SEE que se garante o futuro!

Aqui estão algumas das propostas da CGTP-IN!

É preciso coragem e vontade política de optar pelo futuro da maioria do nosso povo e afrontar os escandalosos privilégios daqueles que tudo querem e tudo abocanham!

Para responder a esta ofensiva a luta será determinante. Uma luta que a todos diz respeito, trabalhadores e jovens, com ou sem emprego, com vínculos estáveis ou precários, pensionistas e reformados com prestações de miséria ou roubadas!

Sabemos que é difícil, que em jogo está o sistema capitalista e os privilégios de uns poucos que se aproveitam da exploração da força de trabalho, que determinam a subordinação do poder político ao poder económico. Uns que se pretendem intocáveis, que não param de enriquecer, desbaratam a riqueza nacional no jogo especulativo da bolsa e na fuga de capitais para os paraísos fiscais.

Sabemos que a campanha ideológica é fortíssima; que é necessário continuar a agir e lutar para criar condições para uma correlação de forças que nos seja mais favorável. Mas esta CGTP-IN, organização construída e consolidada por homens, mulheres e jovens, não vira as costas aos problemas e à luta pela transformação da sociedade e pelo futuro de Portugal!

Vamos unir forças e vontades, exigindo uma efectiva mudança de política, que valorize os trabalhadores, assegure o futuro das jovens gerações, seja solidária com os desempregados e respeite os reformados e pensionistas.

Com esperança e confiança, é tempo de continuar a agir e lutar!

Hoje no Porto! No próximo sábado, em Lisboa!

VIVAM OS TRABALHADORES!

VIVA A CGTP-IN!

Porto, 9 de Junho de 2012